

12 — Remuneração base e regalias sociais — a remuneração mensal será a correspondente ao escalão 1, índice 321, constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro. As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

O estagiário aprovado com classificação não inferior a *Bom* (14 valores) será provido a título definitivo na vaga posta a concurso, passando a ser remunerado por referência à categoria de técnico superior de 2.ª classe.

13 — Publicitação das listas — as listas de candidatos e de classificação final serão afixadas no átrio do edifício da Câmara Municipal de Faro, na Rua de Domingos Guieiro, 8, em Faro.

14 — Regime de estágio — o estágio, com carácter probatório, tem a duração de um ano, findo o qual se procederá à classificação.

A frequência do estágio será feita em comissão de serviço extraordinária ou contrato administrativo de provimento, conforme, respectivamente, o interessado já possua ou não nomeação definitiva.

A avaliação e classificação final do estágio ponderarão os seguintes factores:

- a) Relatório de estágio, a apresentar pelo estagiário;
- b) Classificação de serviço referente ao período de estágio e, sempre que possível, os resultados da formação profissional;
- c) A classificação final traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores;
- d) Em matéria de constituição, composição, funcionamento e competência do júri, homologação, reclamação e recursos aplicam-se as regras previstas na lei geral sobre concursos na função pública, com as necessárias adaptações. Será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$CFE = \frac{RE + CS}{2}$$

em que:

CFE = classificação final de estágio;
RE = relatório de estágios;
CS = classificação de serviço.

15 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Dr. Virgílio José da Cruz Soares da Silva, director do Departamento de Administração Geral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Sílvia Flora Guerreiro Morgado André Cabrita, chefe de divisão de Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Sandra Cristina Marques Martins, técnica superior de 2.ª classe, comunicação social.

Vogais suplentes:

Dr.ª Cidália Maria Martins Mendes, chefe de divisão de Secretariado, Notariado e Execuções Fiscais.

Dr.ª Célia Marina Santos Dias, técnica superior de 1.ª classe, organização e gestão.

20 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.
 2611042525

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Rectificação n.º 1412/2007

Para os devidos feitos, rectifica-se que, no aviso n.º 12 961/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 137, de 18 de Julho de 2007, referente à renovação da comissão de serviço do chefe de divisão de Obras por Administração Directa, engenheiro José Francisco Andrade, onde se lê «com efeitos a partir de 29 de Julho de 2007» deve ler-se «com efeitos a partir de 27 de Julho de 2007».

13 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*.

2611042464

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso n.º 16 059/2007

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Julho de 2007, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início em 1 de Agosto de 2007, ao abrigo do disposto na alínea *h*) do n.º 1

do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o electricista Filipe Miguel Dias Pereira.

20 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611042520

Aviso n.º 16 060/2007

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 31 de Maio de 2007, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início em 1 de Junho de 2007, ao abrigo do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a auxiliar de serviços gerais Catarina Manuela Antunes Almeida.

20 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611042523

Aviso n.º 16 061/2007

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 17 de Agosto de 2007, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, pelo período de um ano, com início em 20 de Agosto de 2007, ao abrigo do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com a técnica de 2.ª classe na área de segurança e higiene no trabalho Patrícia Raquel Andrade Nascimento.

20 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611042500

Aviso n.º 16 062/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 20 de Agosto de 2007, foi nomeada para o lugar de técnico especialista de relações públicas a candidata Maria Alice de Jesus de Almeida Manso, aprovada no concurso interno de acesso geral, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007.

A candidata nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (A nomeação acima mencionada não está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

22 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

2611042543

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Aviso n.º 16 063/2007

Reclassificação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos do vereador de pessoal de 20 de Agosto de 2007, no uso de competências delegadas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foram reclassificadas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, Alexandra Maria Barros Costa Marques e Maria Manuela Freitas Neto, técnicas superiores de 1.ª classe, para técnica superior de arquivo de 1.ª classe e técnica superior de contabilidade de 1.ª classe, respectivamente.

As funcionárias são remuneradas pelo escalão 1, índice 460, da categoria de técnica superior de 1.ª classe e serão remuneradas pelo mesmo escalão e índice da nova categoria e tomarão posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso. (Os processos estão isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Agosto de 2007. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

2611042507